



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 181/2025

Maceió, 29 de dezembro de 2025

*Senhor Presidente,*

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 4º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 794/2024 que “**Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor de Cana-de-Açúcar do Estado de Alagoas e dá outras providências.**”, pelas razões adiante aduzidas.

**Razões do veto:**

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 794/2024, a sanção integral não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O Projeto de Lei aprovado autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor de Cana-de-Açúcar do Estado de Alagoas. Trata-se de iniciativa meritória voltada ao fomento da agricultura e à redução da desigualdade social, em consonância com os objetivos constitucionais de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Todavia, os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do projeto aprovado apresentam vícios de inconstitucionalidade formal que impedem a sanção integral da proposição.

A Constituição Federal estabelece, no art. 61, § 1º, inciso II, alínea *e*, norma de reprodução obrigatória pelos Estados, que é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a deflagração do processo legislativo que disponha sobre a criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública. Por simetria, a iniciativa de leis que estabelecem a criação, estrutura ou atribuições de órgãos e programas da Administração Pública é reservada ao Governador do Estado.

O art. 3º e seus parágrafos determinam que o repasse de recursos será feito após avaliação técnica do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas – EMATER, e que a fiscalização será realizada pelo referido instituto ou por órgão indicado pela SEAGRI. Ao especificar o órgão de execução de um programa, o Poder Legislativo avança sobre a reserva da administração, invadindo a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para organizar e distribuir as atribuições dos órgãos e entidades da Administração Pública, em clara afronta ao princípio da Separação dos Poderes.

Excelentíssimo Senhor

**Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**

**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual**

**NESTA**





ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

Os arts. 4º, 5º e 6º impõem obrigações específicas de conduta à Administração Pública, tais como determinar a publicidade recorrente dos programas, criar a plataforma “Disque Produtor” e determinar a promoção de cursos por instituições de ensino subsidiadas pelo Estado. Tais determinações, embora meritórias, criam novas atribuições, despesas e fluxos internos de trabalho para a Administração, configurando vício de iniciativa.

O art. 8º, ao impor prazo para regulamentação, interfere na discricionariedade administrativa do Chefe do Poder Executivo em determinar o momento adequado para a edição de seus atos, ferindo o princípio da Separação dos Poderes.

Ademais, os dispositivos vetados infringem o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Os artigos vetados criam despesas obrigatórias de caráter continuado sem a necessária estimativa de impacto financeiro e orçamentário, conforme exigência constitucional.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 794/2024, especialmente os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 8º, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

**PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS**  
Governador

Publicada no Suplemento DOE de 30/12/2025.